

PSICODRAMA GRUPAL¹

Sergio Perazzo²

O psicodrama brasileiro sempre se caracterizou por um trabalho intenso e variado com grupos. Tanto numa perspectiva processual, grupos terapêuticos praticados nos consultórios e nas instituições de atendimento psiquiátrico ou psicológico; quanto nos chamados atos psicodramáticos (prefiro este nome geral) ou, como querem alguns, atos socionômicos, atos esses de duração curta (algumas horas), com começo, meio e fim, tanto com foco clínico como com foco não clínico.

A abrangência desta prática, com o tempo, foi se diversificando cada vez mais, de modo que a experiência dos psicodramatistas brasileiros foi se moldando através dos anos com o dia a dia deste tipo de trabalho, aperfeiçoado artesanalmente com a supervisão que, a princípio, era dada pelos pioneiros deste modo de intervenção.

Neste período heróico do psicodrama brasileiro, de fins dos anos 1960 até quase a virada do ano 2000, a literatura psicodramática sobre grupos era muito escassa, limitando-se a um ou outro artigo isolado publicado em nossas revistas. Nos anos 1970, mesmo os supervisores disponíveis frequentemente indicavam bibliografia sobre grupos nos livros sobre o assunto, de orientação exclusivamente psicanalítica, sem qualquer fisionomia psicodramática.

Tal registro histórico não deve nos causar estranheza, tendo em vista a maneira como o psicodrama foi se instalando no Brasil, até conquistar sua própria identidade, firmando-se pela excelência da sua prática e pelo peso da sua produção teórica.

Das muitas versões históricas do nosso psicodrama, quase não se fala na importância que o Serviço de Psiquiatria do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo desempenhou no movimento psicodramático brasileiro. Em meados dos anos 1960, o chefe deste serviço, Clóvis Martins, propôs a seus comandados que desenvolvessem trabalhos de grupos na instituição, visando melhorar a qualidade do trabalho assistencial, evitando resumir os atendimentos a uma farta distribuição de medicamentos nas consultas de ambulatório.

Vários desses profissionais, que mais tarde foram os responsáveis pela implantação do psicodrama no Brasil, iniciaram atendimentos de grupos, adotando o modelo psicanalítico, que era o que se difundia naquela ocasião. Trabalhavam em duplas (um deles sendo um observador/anotador que permanecia o tempo todo de boca fechada), vestiam terno e gravata formalmente e faziam sua própria terapia com psicanalistas conhecidos (alguns em grupo). Há uma publicação da época, editada pelo próprio hospital, juntando trabalhos sobre grupos, de orientação psicanalítica, daqueles que vieram a se tornar depois os primeiros psicodramatistas brasileiros. Esta publicação é ilustrada com fotos que registram o terno e a gravata.

Sem entrar em detalhes de como através de congressos tais profissionais entraram em contato e se encontraram com o psicodrama, para o que interessa aqui, é natural que esses futuros psicodramatistas se apoiassem mais tarde na literatura psicanalítica disponível sobre grupos quando se tornaram professores e supervisores de psicodrama.

Em 1999, Wilson Castello de Almeida organizou um livro de diversos autores, *Grupos, a proposta do psicodrama*, que coletou artigos sobre grupos psicodramáticos dispersos na literatura brasileira

¹ Originalmente publicado como capítulo de um livro de vários autores (org. Gandolfo, M.I.; Nery, M.P.), *Intervenções grupais: o psicodrama e seus métodos* (2012). São Paulo: Ágora.

² Psiquiatra, psicodramatista, professor-supervisor didata da Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP), credenciado pela Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap), autor de diversos livros e artigos de psicodrama.

disponível. Até então, embora a publicação de trabalhos de psicodrama já fosse bastante profusa, os temas predominantes estudavam aspectos de teorias de desenvolvimento no psicodrama, o relato de suas diversas aplicações práticas e a revisão teórica de conceitos morenianos.

Na esteira do livro organizado por Castello de Almeida, vieram outras coletâneas de trabalhos com grupos psicodramáticos: *Grupos, intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*, tendo Marlene Marra e Heloisa Fleury como organizadoras; *Sociodrama, um método, diferentes procedimentos*, também organizado por Marra e Fleury; e o livro solo de Maria da Penha Nery, *Grupos e intervenção em conflitos*; além do presente livro aqui diante do leitor, só para dar alguns exemplos.

Tais contribuições vêm modificando o panorama da nossa visão teórica sobre grupos. Se, antes, não tínhamos onde procurar referências ao trabalho com grupos psicodramáticos, hoje as contribuições se multiplicam, direcionando o nosso olhar para ângulos totalmente diversos, colocando o psicodramatista diante daquilo que ele possa caracterizar como essencial e, que além de definir o que é grupo e o que é psicodrama, define o que é grupo de psicodrama em suas múltiplas variáveis nesta variedade de leituras que, ora nos aproxima e ora nos afasta da sua essência, podendo ou não ser identificado com facilidade na nossa prática psicodramática diária..

Feocromocitomas

Uma característica marcante do curso médico é a sua prática diária na enfermaria a partir do 3º ano. O hábito de discussão de casos à beira do leito dos pacientes, sempre foi uma prática comum e obrigatória. Não era raro o raciocínio clínico ser montado e exercitado em cima de diagnósticos difíceis. Por exemplo, diante de alguém com hipertensão arterial, um dos diagnósticos de suas causas, que pelo menos se devia afastar, era o de feocromocitoma, um tumor raro da glândula suprarrenal.

Passei todo meu curso médico levando em conta a hipótese diagnóstica de feocromocitoma, sobre cuja ocorrência, características, sintomas, índices de exames de laboratório, eu sabia discorrer de cor e salteado. Só que, apesar de todo esse conhecimento clínico, não vi uma única vez um paciente com feocromocitoma, ficando sempre a sensação, no fundo, de ocupar meus pobres neurônios com uma informação quase inútil. E assim aconteceu também com doenças como as arbovíroses da Amazônia, a febre das Montanhas Rochosas, a doença da arranhadura do gato, o espru não tropical, que me fazem sentir hoje como mais preparado para o elenco do Dr. House (uma série da TV a cabo em que um grupo de médicos se debruça sempre em torno de doenças muito raras, dando a impressão de que a medicina é sempre difícil) do que para o feijão-com-arroz do cotidiano. Tudo isso eu vivi sob os olhares complacentes e de aprovação de meus queridos mestres. Uma disposição próxima da erudição vazia do que da vida em si mesma com suas exigências prontas e objetivas. Pois bem, com certas questões psicodramáticas quando teorizadas, tenho a mesma sensação – feocromocitomas psicodramáticos, sempre discutidos e nunca vistos.

Por esta razão, o meu objetivo, neste capítulo, é o de me limitar a discutir o essencial da postura do psicodramatista e a teoria fundamental visível na prática do trabalho com grupos, articulada aos procedimentos técnicos, ao método e a uma filosofia de atitudes, como tão bem definiu Garrido Martín a tão propalada filosofia moreniana.

Nome e sobrenome

Considero o nome psicodrama como um nome genérico e, como tal, consagrado em todo mundo. Dele deriva qualquer prática psicodramática e qualquer de seus métodos.

Assim, se utilizo o psicodrama em um processo grupal ou num ato, clínico ou não clínico, no meu entendimento estou *fazendo* psicodrama em qualquer uma dessas circunstâncias. Se o método que estou aplicando é um jornal vivo, um sociodrama, um grupo ou um momento de role-playing ou um teatro espontâneo, estou *fazendo* igualmente uma modalidade de psicodrama. Para mim, esse é o ponto de partida.

Uma dúvida nunca suficientemente discutida e esclarecida e que perdura até os dias de hoje, é a que define a aplicação clínica e não clínica do psicodrama. A prática do psicodrama não clínico já gravitou por várias nomenclaturas: psicodrama pedagógico, psicodrama não clínico, psicodrama socioeducacional. Tais tentativas refletem a dificuldade de nomear tal prática com maior precisão e de delimitar seu campo de ação.

O termo pedagógico, abandonado há vários anos, dá a idéia de limitar a prática ao educador e não incluir as intervenções sociodramáticas em diversos tipos de grupos, inclusive os de ação comunitária. Por sua vez, o termo socioeducacional sugere restringir uma ação sociodramática aos não terapeutas. Ora, intervenções sociodramáticas, como todo psicodramatista sabe ou devia saber, são necessárias periodicamente em qualquer grupo de qualquer natureza. Portanto, os terapeutas psicodramatistas também têm que treinar e desenvolver seu papel de sociodramatistas como parte integrante e indissociável do seu papel base de psicodramatistas.

Ainda prefiro a subdivisão psicodrama clínico e não clínico. Por que?

Muitas vezes se escuta falar que o psicodrama clínico e não clínico (socioeducacional) é tudo a mesma coisa. Ou, que em um grupo processual de psicodrama terapêutico (ou clínico) quando não há protagonista o trabalho é focado numa perspectiva socioeducacional. É como dizer que o psicodramatista é terapeuta (clínico) quando dirige protagonistas em um grupo e é não clínico quando, no mesmo grupo, não há protagonista e ele dirige este grupo em uma vertente socioeducacional. Outras vezes se diz, equivocadamente, que quando não há protagonista, o grupo é que é protagonista. Vamos refletir um pouco sobre tais observações.

Ora, o que caracteriza um grupo terapêutico (ou clínico) de psicodrama é a possibilidade de aprofundamento a partir de qualquer papel até as últimas consequências. Não há limite para aquilo que possa ser *trabalhado*. Para isso, o diretor visa sempre a dramatização mesmo que ela não ocorra.

Na situação em que o fenômeno da protagonização não ocorre, esta não ocorrência apenas evidencia que um outro fenômeno está em jogo naquele momento. Na verdade, ou não estão surgindo emergentes grupais ou destes emergentes grupais não se chega a um representante grupal que possa vir a ser protagonista na cena dramática. O grupo, afirmo mais uma vez, nunca pode ser protagonista. O conceito de protagonista é uno, um, alguém que representa o grupo e encarna em si mesmo o seu drama privado, os dramas privados dos demais integrantes do grupo e o drama coletivo grupal (vide capítulo com mais detalhes em meu livro *Psicodrama: o forro e o avesso*, onde o assunto é mais amplamente discutido).

Sendo assim, nessas circunstâncias da vida de um grupo de psicodrama, tais ocorrências (não protagonizações) são comuns e esperadas. Não significa, de forma alguma, que o diretor-psicodramatista, nesta sessão específica de não protagonização, esteja *trabalhando* em uma perspectiva socioeducacional. Ele estará apenas diante de uma eventualidade comum num grupo processual de psicodrama, um outro fenômeno, que ele terá que ajudar a diagnosticar e resolver.

O grupo psicodramático terapêutico é terapêutico em si mesmo como finalidade. Tudo pode ser aproveitado e aprofundado. O grupo psicodramático não clínico (socioeducacional) não é terapêutico como finalidade, mas como decorrência secundária.

Tomemos um grupo de role-playing, por exemplo. Nele o foco de trabalho é a promoção do desenvolvimento de um único e determinado papel social como ponto de partida. Assim, grupo de role-playing para professores numa escola, grupo de role-playing para residentes em ginecologia, para médicos intensivistas, para alunos de formação em psicodrama etc.

Sabemos, é claro, que uma dificuldade vivida em um papel social se propaga pelo efeito cacho de papéis para outros papéis sociais, tendo a transferência como sinalizadora. Portanto, *trabalhar* com um único papel social em um grupo de role-playing, não impedirá que o protagonista se veja com suas dificuldades e resoluções em outros papéis. Consequentemente, um grupo não clínico, como é o caso do grupo de role-playing, será *terapêutico* como efeito secundário e não como finalidade específica direcionada por uma técnica psicodramática voltada para o manejo terapêutico das situações apresentadas no grupo.

Imaginem que vamos ao cinema e o filme contenha uma cena impactante que representa um espelho de um fragmento da minha vida e que eu saia do cinema me sentindo transformado. Ninguém vai dizer que eu fui fazer terapia no cinema, mesmo que aquela cena valha para mim 10 anos de terapia, ou que o diretor fez o filme pensando no seu *efeito terapêutico*, um benefício secundário (que bom se todos os benefícios secundários fossem assim!), do qual o diretor de um psicodrama não clínico se aproveita, utilizando técnicas que protejam o protagonista e que lhe dêem o acolhimento necessário. Eis, no meu ponto de vista, a diferença entre a intervenção psicodramática clínica e não clínica.

O fenômeno da protagonização

Nada ilustra melhor o que é um grupo de psicodrama, seja lá qual for a sua natureza, do que o fenômeno da protagonização, que resume em si mesma uma especificidade não encontrada em nenhum outro tipo de abordagem grupal.

O psicodrama nasceu, cresceu e se firmou num palco teatral. No palco não convencional do que Moreno chamou de *teatro espontâneo*. Todas as formas de *fazer psicodrama* derivaram deste teatro de improviso e deram origem, mais tarde, a uma teoria da espontaneidade-criatividade, o ponto central da teoria do psicodrama. Daí o protagonista.

Essencialmente o conceito de protagonista contém a noção de representatividade e de convergência e difusão de emoções. Podemos dizer, seguramente, que em um grupo de psicodrama ele, protagonista, é o resultado de uma escolha (passa por uma progressão de emergente grupal e representante grupal, sucessivamente, no contexto do grupo, até explodir como protagonista propriamente dito no contexto dramático) através da exposição e, depois, da atuação do seu drama privado. Esta escolha do grupo do seu representante só tem sentido porque ao seu drama privado aderem os dramas privados dos seus demais integrantes, coconsciente e inconscientemente, e o drama coletivo grupal, vivenciado em seu tema protagônico.

Aliás, o que se entende por tema protagônico, nunca pode ser visualizado, em sua totalidade, em uma etapa de aquecimento inespecífico, porque, na sua essência, está mergulhado ainda, nessa etapa, no inconsciente do grupo e, portanto, a sua definição e o seu esclarecimento só se dá progressivamente durante a dramatização com o desvelamento da trama oculta do protagonista.

Tais observações nos levam a refletir sobre o processo psicodramático da vida em grupos, levando a algumas pontuações fundamentais:

1. A representatividade do protagonista é o que garante a vida do grupo, de modo que, seja o grupo clínico (terapêutico) ou não clínico (socioeducacional) é possível *tratar* cada um dos seus integrantes e o próprio grupo como um todo. Em psicodrama não existe *tratar* um no grupo, mas, sim, tratar o grupo através de um.

Consequentemente, o diretor de psicodrama terá que cuidar, todo o tempo, de facilitar e manter esta representatividade do grupo para que ele possa ser *tratado*.

2. Esta representatividade protagônica só acontece quando as mínimas bases sociométricas do grupo fornecem o substrato para o acolhimento; primeiro, do emergente ou emergentes grupais; em seguida do representante grupal e, depois, do protagonista, numa sequência natural que também depende do acolhimento do diretor e de sua habilidade técnica. Em psicodrama, embora exista explicitamente uma etapa de compartilhamento que se segue à dramatização, o psicodrama inteiro, em uma sessão ou momento clínico ou não clínico, tem que ser considerado um estado permanente de compartilhamento. Daí a necessidade de se construir as bases sociométricas mínimas para que isso aconteça e se mantenha do começo ao fim de qualquer sessão ou ato de psicodrama.
3. O que determina a construção desta base sociométrica que tece uma rede de acolhimento grupal é o interjogo dos conteúdos coconscientes e inconscientes do grupo. Os membros de um grupo compartilham o tempo todo, de uma forma direta ou indireta, muda ou explícita, algo de seus dramas privados e algo de seu drama coletivo em diversos níveis de consciência e de comprometimento. Assim, na etapa de aquecimento inespecífico (a 1ª etapa de uma sessão de psicodrama), os integrantes do grupo trocam entre si a parcela coconsciente de seus dramas privados. À medida em que o processo psicodramático caminha, surge um representante grupal, a partir dos emergentes grupais iniciais, e é através deste representante, tornado protagonista na cena psicodramática, que as parcelas inconscientes dos dramas privados e do drama coletivo do grupo vão progressivamente se tornando coconscientes, aí sim, ficando claro o drama coletivo grupal, a que se segue a explicitação final das particularidades e do todo deste inconsciente tornado coconsciente na etapa formal de compartilhamento. Este é o sentido do fenômeno da protagonização e a base da qual se parte para o agir técnico do psicodrama.
4. O momento em que tal junção do grupo se revela, tem como ápice a catarse do protagonista, através do qual, só aqui, ocorre a catarse de integração (fenômeno exclusivamente grupal; não existe catarse de integração individual).
5. Como a catarse do protagonista, a que se segue a catarse de integração, se dá, com muita frequência, com grande emoção, muitas vezes os psicodramatistas reduzem os efeitos do psicodrama a uma exteriorização de emoções. Para aqui, e é um dos motivos pelos quais se alimenta a confusão de que o psicodrama clínico e não clínico são a mesma coisa. Os dois não produzem emoção? Entretanto, o ponto de partida e o ponto de chegada em psicodrama é sempre caminhar de uma situação em que se caracteriza uma falta de espontaneidade e de criatividade até a catarse do protagonista, que representa uma recarga da espontaneidade e da criatividade perdidas ou não vividas. A emoção é um sinal de que isso aconteceu, uma consequência e não uma finalidade em si mesma. A catarse de integração do grupo passa a ser uma soma de espontaneidades em que se multiplicam os recursos criativos de cada um e do grupo. Tanto na intervenção dita terapêutica, quanto da não terapêutica, com seus benefícios terapêuticos secundários. A diferença se faz visível quando fica evidenciado que a trajetória do psicodrama clínico se dirige ao status

nascendi de uma falta de espontaneidade e de criatividade para ressuscitá-las na cena do psicodrama, enquanto o psicodrama não clínico apenas busca formas novas de atuação da espontaneidade com seus ganhos criativos, sem a necessidade de elucidação e decodificação deste status nascendi (um status nascendi relacional que envolve uma dada forma de complementaridade de papéis sociais com as figuras primárias do átomo social do protagonista). Não é demais assinalar que embora esta diferença seja fundamental para a compreensão do processo, não é esta a única diferença que podemos captar entre estas duas modalidades de aplicação do psicodrama, embora de importância relevante.

Ratinhos de laboratório: círculos sociométricos mordem o próprio rabo

Fica bem evidente que a exposição dessas idéias, encadeadas dessa forma, procura compor um todo harmônico que engloba desde um estado de compartilhamento até o conceito de protagonização, passando pelos significados de catarse do protagonista, catarse de integração, coconsciente e inconsciente. Ora, fica claro que este conjunto de conceitos necessita de um berço que o acolha e viabilize na prática do atendimento de grupos, e este berço nada mais é e nada mais pode ser que a estrutura sociométrica que sustenta e que permite a sua mobilidade.

O que quero dizer com isso?

É claro, nossa experiência nos demonstra a todo instante, que um grupo se faz e se desfaz dependendo das circunstâncias das escolhas efetuadas por seus membros entre si. Um misto de critérios de ordem racional (operativos) e de ordem afetiva sempre está presente na formação e na manutenção dos vínculos.

O diabo é que Moreno saiu de Viena, migrou para os Estados Unidos, trocando a realidade européia pela norte-americana, fez parceria com uma socióloga americana, Helen Jennings, e bateu pernas por lá e por cá, nos anos 1930, arrotando um discurso de cientista social, perfeitamente compatível com o momento e a época que vivia. E lá fomos nós, psicodramatistas seus discípulos, deixando a espontaneidade de lado para vestir a fantasia da ciência pelo lado do avesso, jogando no lixo a de teatrólogos espontâneos. O nosso dilema sempre foi o de como juntar uma coisa com a outra. *Hay que quedar atentos!* E aqui, todo cuidado é pouco, lá vou eu pisando em ovos porque me aproximo da areia movediça das suscetibilidades das contribuições teóricas.

São muito diversificadas as visões teóricas sobre a vida dos grupos psicodramáticos. Por isso mesmo, cada um escolhe uma ponta diferente do novelo para tentar desamarar alguns nós que se cristalizaram por alguma razão. É impossível captar com total abrangência todas as implicações que este tema fascinante desperta. Esta é a razão pela qual afirmo que não estou me dirigindo a ninguém em particular quando estou tecendo minhas considerações, pois sei muito bem (acredito nisso) que estamos no mesmo barco com uma luneta de alcance limitado. A soma de nossas visões é que amplia um pouco mais o horizonte. Este é o motivo pelo qual eu até me permito brincar com o Moreno mordido pela busca da respeitabilidade e exatidão em sua *fase científica* (nunca chegamos ou chegaremos a uma síntese de nós mesmos). Na verdade, confesso, este é o Moreno de que menos gosto e que me parece menos carismático e menos espontâneo, quase servil àquilo a que se convencionou chamar de ciência, um tanto perdido e sufocado num emaranhado de gráficos e tabelas de fácil esquecimento tabulando o nada, tão a gosto do furor das planilhas onipresentes (maldito cibernetiquês!) dos dias de hoje.

A serviço de que me vem este encadeamento de idéias de paladar crítico?

O grupo, para mim, é e não pode deixar de ser um organismo vivo e cambiante, que tem em seu diretor (psicodramatista) parte dele mesmo em todas as suas possibilidades existenciais (relacionais), mediado por um papel social específico.

Quando se diz que o psicodramatista é um pesquisador em ação, isto não significa colocar o grupo num status de ratinhos de laboratório, pregando rótulo atrás de rótulo das infundáveis classificações que inventamos a cada dia.

Qualquer referencial teórico, num grupo em andamento, tem que se amoldar às exigências e movimentos do próprio grupo, caso contrário estará fadado a ser reduzido a mero item de discussão intelectual sem qualquer efeito prático. O psicodramatista-pesquisador-em-ação necessita sempre de agilidade técnica, agilidade essa, que só é possível alcançar quando a teoria é visível no grupo e incorporada nos movimentos existenciais que o grupo realiza, ele, o psicodramatista, incluído. Quanto mais estreita for essa margem entre, de um lado, captação e incorporação teórica e, de outro, ação no grupo, mais pronta será a capacidade de intervenção do psicodramatista, mais rápidas serão suas decisões, mais efetivo será o aquecimento que ele realiza e mantém em todas as situações de grupo, em todas as suas etapas. Enfim, maior e mais fluida será a sua espontaneidade, fulcro efetivo que dispara e confirma a espontaneidade do grupo, do que depende sua vitalidade. É aproximadamente isso que eu chamo de teoria útil e teoria inútil visível e invisível na prática de atendimento de grupos de psicodrama. Um bom exemplo disso é a falsa sensação tranquilizadora que um pressuposto teórico acaba impregnando um diretor de grupo.

Uma lei estabelecida teoricamente como lei não deixará nunca de ser lei (*dura lex sed lex* – provérbio latino, ao que, nos anos 1950, se acrescentava, nos anúncios do rádio: *no cabelo só Gumex*). Lei implacável, porém, lei. Vivemos no psicodrama a contradição de teorizarmos sobre a criatividade, um universo em aberto, combatermos as conservas culturais, beirando até um certo anarquismo, e de defendermos a nossa posição permanente de pesquisadores em ação, ao mesmo tempo em que aceitamos sem críticas, sem verificação na prática diária das *verdades* e possíveis *inverdades* de nossas leis teóricas (uma espécie de *lei Gumex*). Um determinismo indesculpável.

Como este fenômeno é visível na nossa prática?

Quando Moreno criou as leis sociométricas, partiu da sua própria experiência com o trabalho de grupos. Suas leis sociométricas nunca foram suficientemente valorizadas fora do psicodrama. Apesar de serem formuladas antes da prática de grupos generalizada que se seguiu depois, a partir da 2ª Guerra Mundial, sua modernidade ultrapassou, e muito, o que a teoria psicanalítica veio a sistematizar mais tarde.

Em resumo, podemos deduzir de suas leis sociométricas o seu princípio fundamental, que é o de considerar que quando as pessoas se agrupam se estabelecem leis específicas, leis de grupos, que se constituem como fenômenos diferentes de leis aplicadas no plano individual, inclusive em sua nomenclatura.

Exemplificando: os psicanalistas que se dedicaram a atendimento de grupos, muito depois, inspirados em contribuições kleinianas, classificaram em fases o processo de um grupo, nomeando-as com designações de fenômenos individuais, como posição esquizoparanóide e posição depressiva de um grupo, tentação a que o próprio Bion sucumbiu com seus pressupostos básicos da dinâmica de grupos (posição de dependência, de luta e fuga etc).

Mais tarde ainda, psicodramatistas brasileiros cometeram o mesmo equívoco (talvez pela inspiração psicanalítica inicial), também classificando o processo de um grupo em fases, dessa vez utilizando termos individuais referentes à dita teoria da *matriz de identidade*: fase do duplo, do espelho etc; dando um passo atrás, como Bion e seus pares, da fina observação de Moreno, que acena para nós das entrelinhas, proferindo um discurso óbvio e talvez até parecendo ingênuo: leis

de grupo são leis de grupo e não se constituem como uma soma de fenômenos individuais (a observação é minha, inferida de Moreno, pela qual me responsabilizo integralmente).

Mais recentemente, só em 1996, para ser mais exato, liderados por Anna Maria Knobel, que puxou o cordão, alguns psicodramatistas brasileiros começaram a olhar o grupo pelo viés das leis sociométricas de Moreno e de suas possíveis aplicações práticas, traçando mesmo uma estratégia de direção grupal baseada nelas.

Paradoxalmente, essa nova postura, que aparentemente deveria ser libertadora das amarras do vício do olhar psicanalítico que nos impedia de operar numa perspectiva teórica efetivamente moreniana, acaba, por outro lado, por nos lançar, inadvertidamente, em outro tipo de armadilha.

Se considerarmos que na vida de um grupo é possível surpreender situações em que seus integrantes podem se comportar de uma forma isolada ou de uma forma em que se fortalecem parcerias ou em que se destacam líderes e se definem funções, isto torna possível a correlação de tais fenômenos com as leis sociométricas de Moreno, nas quais se inclui a lei sociogenética com suas etapas de isolamento orgânico, de diferenciação horizontal e de diferenciação vertical.

No entanto, esta correlação precisa ser vista, como a própria Anna Maria Knobel definiu, como *momentos* (destaque aqui para momentos) de isolamento, de diferenciação horizontal (simétrica) e de diferenciação vertical (assimétrica). Momentos que vêm e que vão. A duração podendo ser muito fugaz, momentos que podem ser superados, mas que em outro ponto do processo grupal podem se reinstalar com uma outra roupagem. Uma perspectiva teórica fluida.

A nossa tendência é a de cristalizar esta visão num processo grupal e definir como fase aquilo que é descrito como momento, e como fase dar a idéia de uma duração longa que imobilize o diretor de psicodrama na cadeira esperando a *fase* passar (como a banda do Chico) para poder operar psicodramaticamente.

Ora, lidar com tais ocorrências no cotidiano de um grupo permite uma intervenção mais pronta, capaz de desfazer o momento, se importante, permitindo negociações com seus integrantes, a ponto de poder se chegar a um ponto de convergência da estrutura sociométrica deste mesmo grupo, em que se reforça a rede de compartilhamento amarrada pelos nós dos emergentes grupais, rompendo com qualquer tendência ao isolamento ao se chegar, por meio deles, a um representante grupal que representa de fato e lidera o grupo na direção do fenômeno da protagonização, costurando um momento sociométrico em que a diferenciação horizontal e a diferenciação vertical coexistem como funções complementares e produto do mesmo movimento coconsciente e inconsciente do grupo.

Colocado de uma maneira mais simples, quando adotamos o termo fase, por exemplo, fase de isolamento orgânico sociométrico (1ª lei sociométrica de Moreno), a nossa tendência é a de imaginar que num processo grupal tal fase vai persistir durante dias ou semanas porque tal fase se caracteriza pelo tempo necessário que as pessoas necessitam para a mínima construção de vínculos que as tirem da sensação de isolamento, mesmo diante da realidade de estar fazendo parte de um grupo.

No entanto, a nossa experiência mostra que procedimentos psicodramáticos, um jogo dramático, por exemplo, é capaz de desfazer tal isolamento, pulverizando-o, em alguns minutos. Logo, a aplicabilidade das leis sociométricas de Moreno, mesmo levando em conta o processo grupal, se direcionam mais apropriadamente a momentos, como a própria Anna Maria Knobel definiu, numa visão clara de que a estrutura sociométrica de um grupo é dotada de uma extraordinária mobilidade, a mesma mobilidade que caracteriza os movimentos existenciais possíveis e presentes em qualquer relação humana. num campo de percepções e de escolhas.

Tudo é relativo em se tratando de relações humanas. Nada é absoluto. Se persistirmos em chamar de ciência qualquer análise de ordem sociológica, só porque trabalhamos com uma amostragem

deste caldo de cultura relacional, correremos o risco das generalizações vazias e cegos andaremos em círculos de ilusões sociométricas, mordendo o próprio rabo sem sair do lugar.

A realidade suplementar e o personagem como meio e arremate

Neste ninho de tessitura sociométrica e de conseqüente acolhimento, que torna possível e realizável o fenômeno da protagonização, é necessário um veículo que possibilite e facilite o trânsito da imaginação e da fantasia, justamente o ponto central onde se estrutura sempre todo o psicodrama e seus desdobramentos criativos: a realidade suplementar e a ação dramática através do personagem.

Considero toda dramatização, qualquer que seja ela, em todos os seus pontos e momentos, como uma construção de uma realidade suplementar. Em se tratando de grupos, uma coconstrução da qual participam o protagonista, o diretor, os egos-auxiliares e a platéia. Considero ainda, mais que isso, a construção de uma realidade suplementar na ação dramática, através da atuação espontânea de personagens, ser o modo de ação, por excelência, do psicodrama.

Em que me baseio para ousar fazer tal afirmação?

1. O objetivo do psicodrama, em síntese, é de promover a busca e a incorporação da verdade psicodramática e poética de cada um.
2. Moreno quando formula este conceito, especialmente valorizado por René Marineau, seu mais completo biógrafo, na verdade está sintetizando uma filosofia que está na base desta busca, que significa fornecer ao ser humano o acesso a todas as suas possibilidades criativas.
3. Fornecer tais possibilidades, significa mais que possibilidades, a conquista de viver plenamente tudo aquilo que possa ser criado numa disposição permanente.
4. Portanto, só mesmo derrubando a barreira que as conservas culturais levantam entre o mundo da realidade e o da fantasia, é que é possível transitar de um plano a outro, em 3D. Dar asas à imaginação para atuar a fantasia, mantendo íntegra uma estrutura sociométrica que permita uma liberdade de escolhas tal, que aumente cada vez mais a capacidade (relacional) de estabelecer vínculos de mutualidade de escolhas positivas e cada vez menos as de mutualidades negativas de escolhas e de vínculos incongruentes, ativando, na prática, a potencialidade de estabelecer encontros.
5. Tal clareza de trânsito em terreno tão sutil que exige uma discriminação constante em campo relacional, em si mesmo tão cambiante, exige também do ser humano uma fonte constante de espontaneidade que mantenha tal disposição para a criação em um curso permanente.
6. Para que tudo isso ocorra, necessitamos de um instrumento poderoso, capaz de enfeixar em si mesmo a atuação da imaginação através da fantasia. Tal instrumento, no psicodrama, é a realidade suplementar.
7. A realidade suplementar é, portanto, por si só, uma disposição criativa de vida, o livre trânsito da imaginação. Como tal, a cena psicodramática, como referência atuada desta própria vida, em suas variações criativas, e através da atuação livre e espontânea de seus personagens, caldo de cultura vivo da espontaneidade e criatividade do ser humano em estado de protagonização; a cena psicodramática, toda ela, entendida assim, não passa de uma realidade suplementar em estado protagônico.

8. E mais: como a cena psicodramática contém outros instrumentos (diretor, egos-auxiliares e platéia), cada um destes elementos atua na cena ou fora dela (quem está sendo platéia nunca deixa de ser coprotagonista) com sua própria realidade suplementar de sua própria história. Sendo assim, tudo que se passa na cena e fora dela, durante uma dramatização, é uma soma de realidades suplementares de diferentes pessoas, de diferentes histórias e, como tal, se constituem como uma soma de espontaneidades e de criatividade, impulsionando o protagonista para seu momento de catarse, que nada mais é que seu momento de apoderamento de sua verdade psicodramática e poética. Neste momento o ciclo se fecha e se abre, o inconsciente do grupo se torna consciente, cada um vivendo sua própria realidade suplementar e se apoderando de sua parcela de verdade psicodramática e poética a que se tem direito, num movimento catártico de integração grupal.
9. Esta é a razão pela qual considero a realidade suplementar agida através de personagens como o principal instrumento do psicodrama e que está na base das transformações que a cena psicodramática possibilita. Transformação em ação.

Quando o psicodrama se detém no simples insight dramático, a cena se imobiliza e se torna simples ilustração para uma reflexão sem a transformação de vivenciar até o fim as possibilidades de atuação da realidade suplementar.

Os insights dramáticos são necessários (várias vezes) na construção do percurso psicodramático até a catarse do protagonista e a catarse de integração (ou quando, por alguma razão, técnica ou pessoal, não se chega a ela, ficando o insight dramático como um ponto de reflexão utilíssimo, embora a ser completado na sequência do processo), mas não substituem, como modo de ação, a força da atuação e coconstrução da realidade suplementar do protagonista, soberano na vivência criativa de seu drama privado, representante incontestável do grupo em seu emocionado acolhimento.

São Paulo, 17 de julho de 2011

Bibliografia

- Aguiar, M. *Teatro espontâneo e psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1998.
- Almeida, W.C. *Psicoterapia aberta*. São Paulo: Ágora, 1982.
- Alves, L.F.R. "O protagonista e o tema protagônico". In: Almeida, W.C. de (org.). *Grupos, a proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1999, p. 89-100.
- Baptista, T.T. "Psicodrama com grandes grupos". *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v.11, nº 2, 2003, p. 159-64.
- Blomkvist, L.D; Moreno, Z.T; Rützel, T. *A realidade suplementar e a arte de curar*. São Paulo: Ágora, 2000.
- Boccardo, M. P.D. *O papel do diretor na psicoterapia psicodramática de grupo*. Monografia de credenciamento para didata nível 2. Sociedade de Psicodrama de São Paulo, 2004.
- Bustos, D.M. *Psicoterapia psicodramática*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1975.
- Bustos, D.M. *Novos rumos em psicodrama*. São Paulo: Ática, 1992.

- Calvente, C. *O personagem na psicoterapia*. São Paulo: Ágora, 2002.
- Cardim, S.F.C. *Um encontro oportuno: Moreno e Bachelard – Em direção ao cosmodrama*. 2004. Monografia apresentada para obtenção do título de psicodramatista – Departamento de Psicodrama, Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo.
- Cesarino, A.C. “Brasil 70 – Psicodrama antes e depois”. In: Almeida, W.C.de (org.). *Grupos, a proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1999, p.35-48.
- Eva, A.C. “Grupos terapêuticos psicodramáticos: uma tentativa de sistematização”. *Psicodrama*, ano II, 2: 27-38, 1976, 1977, 1978.
- Fasano, L. *Tejiendo redes: el papel de las redes sociales en la salud y em bienestar*. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2010.
- Fleury, H.J. “A dinâmica do grupo e suas leis”. In: Almeida,W.C. de (org.). *Grupos, a proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1999, p. 49-57.
- Fonseca, J. *Psicoterapia da relação*. São Paulo: Ágora, 1999. [2010]
- Gonçalves, C.S. “Pequeno comentário sobre metodologia psicodramática: o lugar da fantasia”. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Psicodrama*, Salvador, v. 2, 1998, p. 90-3.
- Grinberg, L; Langer, M; Rodrigué, E. *Psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1957.
- Knobel, A.M. “Estratégias de direção grupal”. In: Fonseca,J. *Psicoterapia da relação*. São Paulo: Ágora, 1999, p. 338-5. [2010].
- Knobel, A.M..*Moreno em ato: a construção do psicodrama a partir das práticas*. São Paulo: Ágora, 2004.
- Marineau, R.F.J.L. *Moreno: sa vie, son oeuvre*. Montreal: Editions Saint Martin, 1990 [edição brasileira: *Jacob Levy Moreno 1889-1974: pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo*. São Paulo: Ágora,1992].
- Marra,M.M. “A sociometria na prática interventiva socioeducativa: a teoria espontânea do aprendizado”. In: Marra,M.M; Fleury, H.J. (orgs.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008, p. 157-77.
- Martín, E.G. *Psicologia do encontro: J.L. Moreno*.São Paulo,:Ágora, 1996.
- Moraes Neto, A.V. “Unidade funcional”. In: Almeida, W.C. de (org.). *Grupos, a proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora,1999, p. 59-67.
- Moreno, J.L. *Fundamentos de la sociometria*. 2.ed. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- Moreno,J.L. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- Naffah Neto, A. *Psicodrama, descolonizando o imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- Naffah neto, A. *Psicodramatizar*. São Paulo: Ágora, 1980.
- Nery, M.P. *Grupos e intervenção em conflitos*. São Paulo: Ágora, 2010.
- Perazzo,S. *Ainda e sempre psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1994.
- Perazzo, S. “Dois momentos sociodramáticos”. In: Marra,M.M; Fleury,H.J. (orgs.). *Sociodrama: um método, diferentes procedimentos*. São Paulo: Ágora, 2010, p. 123-136.
- Perazzo,S. *Fragmentos de um olhar psicodramático*. São Paulo: Ágora, 1999.
- Perazzo,S. *Psicodrama: o forro e o avesso*. São Paulo: Ágora, 2010.
- Población, P. *Manual de psicodrama diádico*. Bilbao: Editorial Desclée de Brower, 2010.
- Ramalho, C.M.R. “O sociodrama e o role-playing na prática sociopsicodramática”. In: Marra, M.M; Fleury,H.J. (orgs.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008, p. 125-39.
- Reñones, A.V. “Catarse de integração: uma pequena viagem etmológica-conceitual”. *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v. 4, fascículo II, 1996, p. 36-48.

- Rodrigues, R. "Intervenções sociopsicodramáticas: atualização e sistematização de recursos, métodos e técnicas". In: Marra, M.M.; Fleury, H.J. (orgs.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008, p. 101-23.
- Russo, L. "Breve história dos grupos terapêuticos". In: Almeida, W.C. de (org.). *Grupos, uma proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1999, p. 15-34.
- Soliani, M.L.C. "Realização simbólica e realidade suplementar". In: Monteiro, R.F. (org.). *Técnicas fundamentais do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1998, p. 56-68.
- Sonenreich, C. *Instrumentos para psicoterapia grupal*. São Paulo: Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, 1969.
- Volpe, A.J. *Édipo: psicodrama do destino*. São Paulo: Ágora, 1990.